



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO - MA
AV CONSTANTINO GEORGIANO RABELO, S/N - CENTRO
CNPJ: 06.003.891/0001-16



TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 0400404/2022
PROCESSO Nº 04.004/2022

CONTRATO que entre si celebram a **PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO/MA** e a empresa **IMUNITEC LTDA** objetivando a **Contratação De Empresa Especializada Na Prestação De Serviços De Esgotamento de fossas sépticas, desinsetização, descupinização e desratização do Prédios públicos do Município de Presidente Juscelino/MA.**

Por este instrumento, o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE JUSCELINO/MA**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, situado na Avenida do Sol, S/N, Centro, Presidente Juscelino/MA, inscrito no CNPJ sob o nº 06.003.891/0001-16, neste ato representado pela Sra. Viviane Arruda Pereira Brito, portador do CPF nº 975.533.873-04 e RG nº 000109330299-0 SSP/MA, residente e domiciliado na Avenida Jeronimo de Albuquerque, Cond. Vite, Ap: 101, Bloco Ipê, Angelim na cidade de São Luís/MA, que lhe confere poderes por força do Decreto 002/2021, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **IMUNITEC LTDA**, situada na Rua da Fazenda, Nº 02, sala 02, Fazenda, Urbano Santos/ma, inscrita no CNPJ sob o nº 06.013.149/0001-91, neste ato representada pelo(a), Sr.(a) Mateus dos Santos Rodrigues, portador(a) da Cédula de Identidade nº 022679942002-8 SSP-MA e do CPF nº 607.985.383-33, a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e justam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, assim como pelas cláusulas a seguir expressas:

1. Cláusula Primeira – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **Contratação De Empresa Especializada Na Prestação De Serviços De Esgotamento de fossas sépticas, desinsetização, descupinização e desratização do Prédios públicos do Município de Presidente Juscelino/MA**, conforme Planilhas, e Especificações Técnicas, que são partes integrantes do Edital.

1.1. Os serviços foram licitados através do **Edital nº 004/2022-TP** na forma do art. 23, inciso I, "c" c/c o art. 45, § 1º, inciso I, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, sob o regime de empreitada por preço Global.



1.2 A descrição pormenorizada dos serviços encontra-se expressa no Projeto Executivo e Planilhas Orçamentárias.

2. Cláusula Segunda – DOS DOCUMENTOS

Os serviços objeto deste contrato serão executados com fiel observância a este instrumento e demais documentos a seguir mencionados, que integram o presente contrato, independentemente de transcrição:

- a) Edital nº 004/2022-TP e seus Anexos;
- b) Proposta da CONTRATADA, datada de 21/10/2022 e sua documentação;
- c) Plano de Trabalho constante da Proposta da CONTRATADA;
- d) Cronogramas Físico e Financeiro;
- e) Demais documentos contidos no Processo.

2.1. Em caso de divergência entre os documentos mencionados nos itens anteriores e os termos deste contrato, prevalecerão os termos deste último.

3. Cláusula Terceira – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

3.1. O prazo para execução dos serviços objeto deste contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir da data registrada na Ordem de Serviço emitida pelo CONTRATANTE, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, § 1º e § 2º da Lei 8.666/93.

3.2. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do Contrato na Imprensa Oficial, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

3.3. O presente contrato terá vigência de doze meses a partir da data da sua assinatura.

4. Cláusula Quarta – DO VALOR

O valor do presente contrato é de **R\$ 39.399,62 (trinta e nove mil trezentos e noventa e nove reais e sessenta e dois centavos)**.

4.1. No preço constante do *caput* desta cláusula estão incluídas todas as despesas necessárias, impostos e taxas, leis sociais, seguros, mão-de-obra e quaisquer encargos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente na execução dos serviços. No caso de omissão, considerar-se-ão como inclusas nos preços.

4.2. O valor-teto estabelecido na Nota de Empenho emitida pela CONTRATANTE não poderá ser ultrapassado pela CONTRATADA, salvo no caso de expedição de empenho complementar.

4.3. A infringência do disposto no item anterior impedirá a CONTRATADA de participar de novas licitações ou assinar contratos com a CONTRATANTE, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da verificação do evento.

5. Cláusula Quinta – DO REAJUSTAMENTO

5.1. Os preços somente poderão ser reajustados após o período de 12 (doze) meses, a contar da data da apresentação das propostas de preços, com base na variação percentual acumulada no período sob análise, do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) ou outro equivalente caso este venha a ser extinto ou substituído.

6. Cláusula Sexta – DOS RECURSOS

6.1 As despesas com a execução dos serviços correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

FONTE DE RECURSO:

- 10.302.0009.2045.0000 – AÇÕES DE MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL SE SAUDE
- 10.122.0009.2031.0000 – MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE SAUDE

NATUREZA DA DESPESA:

- 3.3.90.39.00- Outros Serviços De Terceiros – Pessoa Jurídica.

Cláusula Sétima – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos das obras/serviços serão efetuados em reais, por medição, em cumprimento ao cronograma Físico-Financeiro da CONTRATADA, e de acordo com as medições, com base nos preços unitários propostos, e contra apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela Fiscalização da CONTRATANTE formalmente designada, acompanhada do relatório dos trabalhos desenvolvidos e do respectivo Boletim de Medição referente ao mês de competência e comprovação de que a contratada esta em dias com as obrigações relativas a regularidade fiscal e trabalhista, para tanto, a contratada deverá, obrigatoriamente apresentar no ato do pagamento as referidas certidões:

- 7.1.1. Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal.
- 7.1.2. Certidão Negativa de Débito, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, comprovando a regularidade perante a Seguridade Social.
- 7.1.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.



- 7.1.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho ou Conselho Superior da Justiça do Trabalho ou Tribunais Regionais do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- 7.1.5. Comprovação de recolhimento do DAM – Documento de Arrecadação Municipal, ISS referente ao valor do pagamento referente à medição da Obra/Serviços executados no período.
- 7.1.6. Comprovação do pagamento pela empresa Contratada da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente à execução dos serviços.

8. Cláusula Oitava – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 8.1. Como garantia para completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser integralizada no ato da assinatura do mesmo, em espécie, em Títulos da Dívida Pública da União, com cotação de mercado devidamente comprovada por documento hábil expedido pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, Seguro Garantia, emitida por seguradora autorizada pela SUSEP, ou Fiança Bancária, emitida por banco autorizado pelo BACEN, a critério da contratada.
- 8.2. Quando se tratar de garantia em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, na forma do Art. 56, inc. I, da Lei 8.666/93 (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004).
- 8.3. A Contratada deverá manter atualizada a garantia contratual até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório do objeto contratado.
- 8.4. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela CONTRATANTE, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da CONTRATANTE.
- 8.5. A não integralização da garantia no prazo estabelecido inviabilizará a assinatura do contrato ou de seus respectivos aditamentos, representando inadimplência da Contratada, sujeitando-a às penalidades previstas nos arts 81 ou 87 da Lei 8.666/93.
- 8.6. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.



8.7. Após a assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução das obras/serviços e fornecimentos contratados.

8.8. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão do contrato, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela CONTRATANTE.

9. Cláusula Oitava – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na seguinte forma:

9.2. Nos casos de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

9.3. Nos casos de inexecução parcial dos serviços, será cobrada multa de 5% (cinco por cento) do valor da parte não executada do contrato;

9.4. Nos casos de mora ou atraso na execução, será cobrada multa 2% (dois por cento) incidentes sobre valor do serviço em atraso.

9.5. A multa a que alude este item não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

9.6. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia da respectiva Contratada.

9.7. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.7.1. Antes da cobrança judicial, a contratada será convocada para complementação do seu valor, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da convocação,

9.7.2. A utilização da garantia obriga a contratada a renová-la pelo prazo restante, caso o contrato continue vigente após a aplicação da penalidade.

9.8. Pela inexecução total ou parcial do contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa, na forma prevista no subitem 9.1;



III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

- 9.9. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem 9.8 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 9.10. A sanção estabelecida no inciso IV do subitem 9.8 é de competência exclusiva da Prefeitura Municipal facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.
- 9.11. O fiscal instruirá o processo, com a análise dos fatos que ensejaram a indicação da penalidade, que será aplicada pelo Contratante.
- 9.12. A aplicação das sanções previstas no item 9.8 faculta ao interessado a apresentação de defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- 9.13. A manifestação da contratada será apreciada pela Comissão da Contratante, que poderá relevar ou não a penalidade, com base no parecer técnico do fiscal.
- 9.14. Caso seja mantida a penalidade, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis para a Comissão da CONTRATANTE. O recurso será dirigido à Comissão da CONTRATANTE, por intermédio do Protocolo Municipal da Contratante e poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.
- 9.15. Nenhum prazo de recurso ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.
- 9.16. Da decisão da Comissão da CONTRATANTE não caberá recurso.
- 9.17. Em caso de relevação da multa, a CONTRATANTE se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a renovação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.



Como garantia para a perfeita execução das obrigações contratuais e liquidez das multas convencionadas, fica estipulada uma Caução de Execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato, a ser integralizada em qualquer das modalidades legalmente previstas, no prazo fixado no Edital de licitação de onde se origina este Contrato.

§1º. Ocorrendo rescisão do Contrato, por culpa da CONTRATADA, a CONTRATANTE imporá à CONTRATADA as penalidades legais e contratualmente previstas, exigindo, inclusive, indenização que deverá ser calculada de acordo com os prejuízos provocados pela inadimplência.

§ 2º. Sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA, previsto no Art. 618 do Código Civil Brasileiro, a Caução de Execução será restituída corrigida pelo índice oficial da poupança, se for o caso, após a aprovação das obras e/ou serviços pela CONTRATANTE, 30 (trinta) dias após expedição do Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços uma vez verificado a perfeita execução dos mesmos.

10. Cláusula Nona – DAS INTERRUPTÕES DOS SERVIÇOS

As eventuais interrupções ou atrasos na execução dos serviços provocados por motivos supervenientes, independentes da vontade da CONTRATADA, conforme descrito no art. 393 do Código Civil Brasileiro, deverão ser comunicados à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência. Neste caso, a critério da CONTRATANTE, os dias de paralisação poderão ser compensados, por igual período, ao final do prazo fixado na Cláusula Terceira deste instrumento.

10.1. Para efeito de compensação de prazo, serão levados em consideração os atrasos ocasionados pela falta de entrega, à CONTRATADA, de elementos técnicos necessários ao início ou prosseguimento dos serviços, quando tal providência couber à CONTRATANTE.

10.2. Não será levado em consideração qualquer pedido de suspensão de contagem do prazo, quando baseados em fatos não comunicados à CONTRATANTE, por escrito, ou por esta não aceita.

11. Cláusula Decima – DA FISCALIZAÇÃO

A Coordenação do contrato, bem como a Fiscalização da execução da obra será realizada pela CONTRATANTE, por intermédio de um fiscal, designado na forma do Art. 67, da Lei nº 8.666/93, a quem compete verificar se a Contratada está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram.

11.1. Com fundamento nos arts. 54, § 1º, *in fine*, e 55, inciso XI, da Lei nº 8.666/1993, a CONTRATANTE, por meio do fiscal designado, terá poderes para fiscalizar



periodicamente o efetivo pagamento dos valores salariais lançados na proposta contratada, mediante a verificação das folhas de pagamento referentes aos meses de realização dos serviços, de cópias das carteiras de trabalho dos empregados, dos recibos e dos respectivos documentos bancários, entre outros meios de fiscalização cabíveis, conforme o Acórdão 1125/2009 - Plenário do TCU.

- 11.2. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 11.3. Fica, ainda, assegurado à CONTRATANTE e os seus técnicos o direito de acompanhar, fiscalizar e participar total ou parcialmente, direta ou através de terceiros, dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso aos locais de trabalho para a obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos trabalhos.
- 11.4. A Fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a CONTRATADA, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a CONTRATADA assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 11.5. A Fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer serviço que não esteja sendo executado dentro dos termos do Contrato, dando conhecimento do fato à autoridade competente.
- 11.6. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e, em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 11.7. Das decisões da Fiscalização, poderá a CONTRATADA recorrer à autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 11.8. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

12. Cláusula Decima Primeira - DOS ENCARGOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além dos encargos assumidos em outras cláusulas deste contrato, a CONTRATADA, sem alteração dos preços estipulados neste instrumento, obriga-se a:



- 12.1. Manter no local da obra durante todo o período de execução em regime permanente de no mínimo um técnico de segurança do trabalho, portador de comprovação de registro profissional expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego e caso necessário disponibilizar outros técnicos conforme disposto na NR 4.
- 12.2. Atender às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelo órgão competentes, relativas a execução das obras.
- 12.3. Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e Coordenador dos trabalhos.
- 12.4. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local das obras/serviços.
- 12.5. Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução das obras/serviços.
- 12.6. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, cercas, equipamentos, etc., bem como por aqueles que vier causar à CONTRATANTE e a terceiros, existentes no local ou decorrente da execução das obras/serviços objeto deste contrato.
- 12.7. Exercer a vigilância e proteção de todos os materiais e equipamentos no local das obras/serviços.
- 12.8. Colocar tantas frentes de serviços quantas forem necessárias (mediante anuência prévia da Fiscalização), para possibilitar a perfeita execução das obras/serviços no prazo contratual.
- 12.9. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a CONTRATANTE, bem como todo o material necessário à execução dos serviços objeto do contrato.
- 12.10. A CONTRATADA obriga-se a promover a anotação do Contrato no CREA, após a assinatura de contrato e antes do início dos serviços, com jurisdição no local de execução dos serviços (Lei nº 6.496/77, Art. 1º), juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução nº 317, de 31/10/86 – Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente à execução dos serviços.
- 12.11. A contratada é responsável, pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão da CONTRATANTE, da



lide, das eventuais ações reclamatórias trabalhistas propostas por empregados da contratada, em decorrência da execução contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações.

- 12.12. A contratada se obriga a, no caso de demissão de qualquer empregado vinculado ao contrato, comprovar a quitação do termo de rescisão contratual no prazo de 15 (quinze) dias do desligamento, sob pena de retenção de faturamento até a efetiva comprovação.
- 12.12.1. Para acompanhamento da exigência acima, a contratada se obriga a, até a data do efetivo início da execução contratual, apresentar a CONTRATANTE a relação dos trabalhadores contratados para execução dos serviços, mantendo essa informação atualizada durante toda a vigência do contrato.
- 12.13. Na hipótese da CONTRATANTE vir a ser condenada, solidária ou subsidiariamente nas ações reclamatórias trabalhistas mencionadas no subitem 12.11 e o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido das medições e do valor das faturas vincendas e desde que não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela CONTRATANTE a título de condenação trabalhista solidária ou subsidiária.
- 12.13.1. A CONTRATANTE utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a contratada, com a qual desde já a mesma expressa sua concordância com as duas hipóteses previstas neste subitem.
- 12.14. Todos os acessos necessários para permitir à chegada dos equipamentos e materiais no local de execução dos serviços deverão ser previstos, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da Contratada.
- 12.15. A CONTRATADA deverá manter um Preposto, aceito pela CONTRATANTE, no local do serviço, para apresenta-la na execução do objeto contratado (art. 68 da Lei 8.666/93).
- 12.16. Responsabilizar-se, desde o início das obras até o encerramento do contrato, pelo pagamento integral das despesas do canteiro referentes a água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados. Será obrigatória a apresentação e entrega à CONTRATANTE, para controle, das cópias dos comprovantes dos pagamentos efetuados para efeito de medição.
- 12.16.1. No momento da desmobilização, para liberação da última fatura, faz-se necessária a apresentação da certidão de quitação de débitos, referente às despesas com água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados.

- 12.17. Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da CONTRATANTE.
- 12.18. A contratada se obriga a fornecer e afixar no canteiro de obras 01 (uma) placa de identificação da obra, no padrão definido pela CONTRATANTE e em local por ela indicado.
- 12.19. Durante a execução dos serviços e obras, caberão à CONTRATADA as seguintes medidas:
- Instalar e manter a placa da obra, conforme padrão do governo Municipal;
 - Obter junto à Prefeitura Municipal o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição, na forma das disposições em vigor;
 - Manter no local das obras/serviços um Diário de Ocorrências, no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão-de-obra, etc, como também reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes. Este diário, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela Contratada em todas as vias, ficará em poder da Contratante após a conclusão das obras/serviços;
 - Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços;
 - Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução das obras/serviços; e
 - Fazer com que os componentes da equipe de mão-de-obra operacional (operários) exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados, em padrão único (farda) e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, em observância à legislação pertinente.
- 12.19.1. A execução dos serviços e obras de construção objeto deste contrato deverá atender às seguintes normas e práticas complementares:
- Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da CONTRATANTE;



- b) Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA-CONFEA; e
 - c) Normas técnicas da ABNT, do INMETRO.
- 12.20. A CONTRATADA será responsável pela recuperação das áreas degradadas em função da execução das obras/serviços.
- 12.21. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação ora exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 12.22. A CONTRATADA deverá cumprir cada uma das Normas Regulamentadoras (NR) sobre Medicina e Segurança do Trabalho.
- 12.23. Nos termos do art. 55, XIII da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE se reserva no direito de aplicar multa, na forma prevista neste contrato, caso a contratada esteja com suas certidões irregulares na data de pagamento de sua fatura; caso a irregularidade não seja sanada no período de 30 (trinta) dias, rescindir-se-á o contrato, com aplicação das medidas administrativas e judiciais, garantindo, primeiramente, o contradito e a ampla defesa.
- 12.24. As obras, serviços e fornecimentos extras não contemplados na planilha de preços da CONTRATADA deverão ter seus preços fixados mediante prévia análise e aprovação pela CONTRATANTE. Não existindo preço de referência no SINAPI, este será fixado mediante pesquisa de preços, observado o preço médio de mercado.
- 12.25. Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do presente contrato, especialmente as referentes a obras, serviços ou fornecimentos extras.
- 12.26. O Prazo de Garantia das obras/serviços executados é o previsto na legislação vigente e definido no Código Civil Brasileiro.
- 12.27. A destinação final do canteiro de obras será determinada pela Empresa executora (Contratada), porém deverão ser observadas todas as recomendações de proteção ambiental previstas nas normas, resoluções e leis ambientais.
- 12.28. Poderá ser permitido que CONTRATADA sofra processo de Fusão, Incorporação ou Cisão, desde que sejam observados pela(s) nova(s) empresa(s) os requisitos de Habilitação previstos no Edital e que sejam mantidas as condições estabelecidas neste contrato, sendo que, em qualquer uma das hipóteses, a CONTRATANTE deverá ser notificada do processo e deliberará sobre a sua aceitação, ou não, condicionada à análise por parte da Administração quanto à possibilidade de riscos de insucesso.

12.29. Quaisquer dúvidas quanto aos procedimentos para execução de determinado serviço deverão ser esclarecidas junto ao Contratante. O serviço que venha a ser condenado pela Fiscalização deverá ser feito pela Contratada, sem quaisquer ônus adicionais para a Contratante.

13. Cláusula Decima Segunda – DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA será responsável, na forma da Lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos na execução dos serviços.

13.1. Correrão por conta da CONTRATADA às despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CONTRATANTE, para reparação desses danos ou prejuízos.

13.2. Não serão indenizados pela CONTRATANTE os prejuízos que possam advir de erro, de qualquer equívoco da proposta ou de má administração da CONTRATADA.

13.3. A CONTRATADA será responsável por qualquer dano, material ou pessoal, causado a terceiros ou à CONTRATANTE, durante a execução dos serviços contratados.

14. Cláusula Decima Terceira – DA RESCISÃO

O presente contrato será rescindido unilateralmente de pleno direito pela CONTRATANTE, com a consequente perda da caução e da idoneidade da CONTRATADA e nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

15. Cláusula Decima Quarta – ENCERRAMENTO DO CONTRATO

Concluídos os serviços objeto deste contrato, a CONTRATADA solicitará, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da solicitação da CONTRATADA.

15.1. A CONTRATANTE terá até 90 (noventa) dias para, através da Fiscalização, verificar a adequação do serviço recebido com as condições contratadas, observadas as condições constantes no Termo de Referência, emitir parecer conclusivo e aprovação da autoridade competente.

15.2. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, à suas expensas, complemente ou refaça os serviços rejeitados. Aceitos os serviços, a CONTRATANTE emitirá o Termo de Recebimento Definitivo que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA possibilitando a liberação da caução contratual.



Ordem de Fornecimento

À

Empresa: IMUNITEC LTDA (CNPJ: 06.013.149/0001-91)

Endereço completo: Rua da Fazenda, Nº 02, sala 02, Fazenda, Urbano Santos/MA

Referente ao Contrato nº: 0400401/2022, 0400402/2022, 0400403/2022,
0400404/2022

Prezados Senhores,

1. Autorizamos a execução do serviço constante no contrato acima identificado, conforme item(ns), quantidade(s) e endereço de entrega indicado(s) abaixo.
 2. As especificações dos serviços deverão atender as exigências mínimas contidas no termo de referência do Edital Nº 004/2022- TP, oriunda da licitação na modalidade Tomada de Preço sob nº 004/2022, realizada pela Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino/MA.
 3. Forma de entrega: Conforme especificações em edital.
 4. Quantidade licitada:
- OBS: De acordo com valores disponíveis nos contratos 0400401/2022, 0400402/2022, 0400403/2022, 0400404/2022*
5. A nota fiscal deve ser apresentada discriminadamente, contendo a quantidade de cada produto, conforme especificações em contrato.

Presidente Juscelino/MA, 25 de Outubro de 2022.

DANIEL NINA NUNES
SECRETARIO MUNICIPAL DE
ADMINISTRAÇÃO

LIDIMAR BAIMA ALVES
Secretaria de Assistência Social
Presidência 2022

LIDIMAR BAIMA ALVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTENCIA SOCIAL

THAMIRIS CRISTINA SILVA RABELO:02260228380
Assinado de forma digital por THAMIRIS CRISTINA SILVA RABELO:02260228380
Data: 2022.10.25 09:22:19 -0300

THAMIRIS CRISTINA SILVA RABELO
SECRETARIA MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO

VIVIANE ARRUDA PEREIRA BRITO:97553387304
Assinado de forma digital por VIVIANE ARRUDA PEREIRA BRITO:97553387304
Data: 2022.10.25 11:39:39 -0300

VIVIANE ARRUDA PEREIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO
AV. CONSTANTINO GORGIANO RABELO,
SN, CENTRO, PRESIDENTE JUSCELINO/MA



CONTRATO	DESCRIÇÃO	ANO 2022												
		V. TOTAL	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
CONTRATO Nº 04004012023	Contratação De Empresa Especializada Na Prestação De Serviços De Esgotamento de fossas sépticas, desinfestação, desoportunização e desregularização de Fossas públicas do Município de Presidente Juscelino/MA	R\$ 8.050,68	R\$ 671,55	R\$ 671,55	R\$ 671,55	R\$ 671,55	R\$ 671,55	R\$ 671,55	R\$ 671,55	R\$ 671,55	R\$ 671,55	R\$ 671,55	R\$ 671,55	R\$ 671,55
CONTRATO Nº 04004022023	Contratação De Empresa Especializada Na Prestação De Serviços De Esgotamento de fossas sépticas, desinfestação, desoportunização e desregularização de Fossas públicas do Município de Presidente Juscelino/MA	R\$ 226.705,57	R\$ 48.892,13	R\$ 18.892,13	R\$ 18.892,13	R\$ 18.892,10	R\$ 18.892,13	R\$ 18.892,13	R\$ 18.892,13	R\$ 46.892,13	R\$ 18.892,13	R\$ 18.892,13	R\$ 18.892,13	R\$ 18.892,13
CONTRATO Nº 04004032022	Contratação De Empresa Especializada Na Prestação De Serviços De Esgotamento de fossas sépticas, desinfestação, desoportunização e desregularização de Fossas públicas do Município de Presidente Juscelino/MA	R\$ 11.170,84	R\$ 831,76	R\$ 831,76	R\$ 931,76	R\$ 831,76	R\$ 931,76							
CONTRATO Nº 04004042022	Contratação De Empresa Especializada Na Prestação De Serviços De Esgotamento de fossas sépticas, desinfestação, desoportunização e desregularização de Fossas públicas do Município de Presidente Juscelino/MA	R\$ 39.392,82	R\$ 3.283,30	R\$ 3.283,30	R\$ 3.283,30	R\$ 3.283,30	R\$ 3.283,30	R\$ 3.283,30	R\$ 3.283,30	R\$ 3.283,30	R\$ 3.283,30	R\$ 3.283,30	R\$ 3.283,30	R\$ 3.283,30
VALOR TOTAL		R\$ 23.776,14	R\$ 47.256,29	R\$ 71.354,43	R\$ 95.112,57	R\$ 118.890,71	R\$ 142.860,65	R\$ 166.447,00	R\$ 190.225,14	R\$ 214.003,28	R\$ 237.781,43	R\$ 261.569,67	R\$ 285.337,70	R\$ 285.337,70





EXTRATO DE CONTRATO Nº 0030601/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03.006/2022 PARTES: Secretaria Municipal de Administração/MA e a Contratada: **BETEL SOLUÇÕES EM TI** sob CNPJ nº: 27.108.203/0001-33, com sede na Rua Boa Esperança, Cod. Graphos Residência, nº 902, Bloco 01, AP. 302, Turu, São Luis/MA, OBJETO: Contratação de empresa especializada na implantação e manutenção do Sistema de Controle Interno para gerenciar e controlar as demandas da Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino/MA. VIGÊNCIA: 09 meses, a contar da data da assinatura do contrato, valor: R\$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais). MODALIDADE: Dispensa de Licitação. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto Federal nº 7.892/2013, RECURSOS: Próprios, Presidente Juscelino/MA, 13/04/2021. Daniel Nina Nunes, Secretário Municipal de Administração.

Publicado por: **CAIO RABELO PEREIRA**
Código identificador: 8cd1e929850f49eebcb7b7557a4e5097

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0030701/2022.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03.007/2022 PARTES: Secretaria Municipal de Administração/MA e a Contratada: **MARINA PINHO DE OLIVEIRA CORREIA** sob CPF nº: 051.596.533-25, com residência na Rua G, 32, quadra 21, Jardim Turu, São Jose do Ribamar/MA, OBJETO: Alimentação de informações fornecidas pela Prefeitura Municipal para o Portal da Transparência, assim como monitoramento das informações fornecidas pela Prefeitura. solicitação de reavaliação no caso de não concordar a nota juntamente ao tribunal de contas do Maranhão - TCE-MA, VIGÊNCIA: 12 meses, a contar da data da assinatura do contrato, valor: R\$ 12.000,00 (Doze Mil Reais). MODALIDADE: Dispensa de Licitação. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Decreto Federal nº 7.892/2013, RECURSOS: Próprios, Presidente Juscelino/MA, 13/04/2021. Daniel Nina Nunes, Secretário Municipal de Administração.

Publicado por: **CAIO RABELO PEREIRA**
Código identificador: e07a4a9ee4246e4a35825d787c92a470

PORTARIA Nº 010/2022

Presidente Juscelino/MA, 11 de abril de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO, Estado do Maranhão, PEDRO PAULO CANTANHEIDE LEMOS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Presidente Juscelino/MA,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar o servidor **NELIO MARQUES GOMES, matrícula 1936, RG nº 018859492001-8, CPF nº 001976923-70, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATOS, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos firmados pelo município de Presidente Juscelino, a exceção dos contratos concernentes a obras de competência do Engenheiro do Município.**

Art. 2º - Determina que o fiscal ora designado deverá:

- I - zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em

registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, no prazo de tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II - avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/produtos prestados e ou entregues pelos (as) CONTRATADOS (AS), em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III - atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados e/ou aos materiais fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de março de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Presidente Juscelino, Estado do Maranhão, aos 11 dia do mês de abril de 2022.

PEDRO PAULO CANTANHEIDE LEMOS
Prefeito Municipal de Presidente Juscelino/MA

Publicado por: **CAIO RABELO PEREIRA**
Código identificador: e645ae5ad7e6125750343c1d39175ef7

PORTARIA Nº 012/2022

Presidente Juscelino/MA, 11 de abril de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO, Estado do Maranhão, PEDRO PAULO CANTANHEIDE LEMOS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Presidente Juscelino/MA,

RESOLVE:

Art. 1º- Nomear **KRISANDRA SANTOS MARINHO, RG nº 0169516620012, CPF nº 039.413.193-29, para ocupar o cargo de provimento em Comissão de ASSESSORA JURÍDICA, de acordo com a lei de estrutura administrativa, na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, parte da Estrutura Administrativa do Poder Executivo de Presidente Juscelino, Estado do Maranhão, conforme Lei Municipal nº 001/2017;**

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Presidente Juscelino, Estado do Maranhão, aos 11 dias do mês de abril de 2022.

PEDRO PAULO CANTANHEIDE LEMOS
Prefeito Municipal de Presidente Juscelino/MA





ESTADO DO MARANHÃO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO
 AV. CONSTANTINO GEORGIANO RABELO, S/Nº, CENTRO.
 CNPJ: 06.003.891/0001-16 - CEP: 65.140-000



PORTARIA Nº 010/2022

Presidente Juscelino/MA, 11 de abril de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO, Estado do Maranhão, **PEDRO PAULO CANTANHEIDE LEMOS**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Presidente Juscelino/MA.

RESOLVE:

Art. 1º- Designar o servidor **NELIO MARQUES GOMES**, matrícula 1936, RG nº 018859492001-8, CPF nº 001976923-70, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATOS**, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos firmados pelo município de Presidente Juscelino, a exceção dos contratos concernentes a obras de competência do Engenheiro do Município.

Art. 2º - Determina que o fiscal ora designado deverá:

I - zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos defeitos observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II - avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/produtos prestados e ou entregues pelos (as) **CONTRATADOS (AS)**, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III - atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados e/ou aos materiais fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de março de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Presidente Juscelino, Estado do Maranhão, aos 11 dia do mês de abril de 2022.

PEDRO PAULO CANTANHEIDE LEMOS: 02647436363

PEDRO PAULO CANTANHEIDE LEMOS
 Prefeito Municipal de Presidente Juscelino/MA



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO
AV. CONSTANTINO GEORGIANO RABELO, S/Nº, CENTRO.
CNPJ: 06.003.891/0001-16 - CEP: 65.140-000



PORTARIA Nº 019/2022

Presidente Juscelino/MA, 26 de maio de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO, Estado do Maranhão, **PEDRO PAULO CANTANHEIDE LEMOS**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Presidente Juscelino/MA,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **MEIRILENE PEREIRA DURANS**, matrícula 2435, RG nº 951994980 SSP MA, CPF nº 094.863.643-20, para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATOS DA EDUCAÇÃO**, para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos firmados pela Secretaria Municipal de Educação, a exceção dos contratos concernentes a obras de competência do Engenheiro do Município.

Art. 2º - Determina que o fiscal ora designado deverá:

I - zelar pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou dos déficits observados, e, submeter aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e as providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei.

II - avaliar, continuamente, a qualidade dos serviços/produtos prestados e ou entregues pelos (as) CONTRATADOS (AS), em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de validade, eventualmente, propor a autoridade superior aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III - atestar, formalmente, nos autos dos processos, as notas fiscais relativas aos serviços prestados e/ou aos materiais fornecidos, antes do encaminhamento ao Financeiro para pagamento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Presidente Juscelino, Estado do Maranhão, aos 26 dias do mês de maio de 2022.

PEDRO PAULO
CANTANHEIDE
LEMOS:02647436363

Assinado de forma digital por
PEDRO PAULO CANTANHEIDE
LEMOS:02647436363
Dados: 2022.05.26 16:09:32
-03'00'

PEDRO PAULO CANTANHEIDE LEMOS
Prefeito Municipal de Presidente Juscelino/MA



AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2022/CPL/PMPL

O Município de Paga do Lumiar, MA, através da Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SEMAF, Secretaria Municipal de Educação - SEMED, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMDES e Secretaria Municipal de Saúde - SEMSUS, por intermédio da Pregoeira Oficial deste Município, designado através da Portaria nº 43 de 01 de janeiro de 2022, em compliance da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 3514/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com aplicação subsidiária às disposições da Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis, fará realizar no dia 24 de novembro de 2022 às 09:00 horas, horário de Brasília, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o nº 017/2022, do tipo MENOR PREÇO, no modo de disputa ABERTO, para futura e eventual contratação de empresa especializada nos serviços de segurança patrimonial desarmada visando atender as necessidades das Secretarias Municipais de Paga do Lumiar/MA. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para o respectivo cadastramento junto ao Portal de Compras do Município de Paga do Lumiar.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00h em dia 24 de novembro de 2022.
LOCAL: www.compraspaodolumiar.com.br
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
A inscrição do edital poderá ser obtida através do site acima ou endereço eletrônico: www.paodolumiar.ma.gov.br ou na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE PAGA DO LUMIAR, situada na Rodovia MA 201, Centro Administrativo, nº 15, Vila Nazaré, CEP nº 65.130-000, Paga do Lumiar, Maranhão, Brasil, em dias úteis, de segunda a sexta, das 09:00hs às 13:00hs ou através do e-mail: licitacao@paodolumiar.ma.gov.br.

Paga do Lumiar - MA, 3 de novembro de 2022.
RICKSON SOARES DOS SANTOS
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARNARAMA

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2022 - SRP

O Município de Parnarama, estado do Maranhão, por meio da Pregoeira Oficial e Felipe de Apóio, promoverá o procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 030/2022 - SRP. OBJETO: Registro de preços para eventual contratação parcelada de empresa especializada para a execução dos serviços de engenharia de pavimentação em bueiros, drenagem urbana e passeio público, em atendimento as necessidades da Prefeitura. Tipo De Licitação: Menor Preço, Adjudicação: Global. Modo De Disputa: Aberto. Início Da Licitação das Propostas: 09/11/2022, às 09 h e 00 min. Abertura Das Propostas: 23/11/2022, às 09 h e 00 min.

Início Da Sessão De Disputa De Preços: 23/11/2022, às 09 h e 10 min. Plataforma: IBM Et Licitação: www.ibmeflicitacoes.com.br, Edital: transparencia.parnarama.ma.gov.br/acessoinformacao/licitacao/foz, www.ibmeflicitacoes.com.br e www.ibmeflicitacoes.com.br, informações: cp2021pmp@gmail.com ou na Prefeitura, situada nesta cidade na Rua Pelegrina, nº 093, Centro, de segunda à sexta-feira, de 08 h às 14 h.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2022 - SRP

O Município de Parnarama promoverá o procedimento licitatório Pregão Eletrônico nº 031/2022 - SRP. Tipo Menor Preço, Adjudicação: Global, Modo De Disputa: Aberto. Objeto: Registro de preços para eventual contratação parcelada de empresa de engenharia especializada para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em prédios públicos próprios do Município, locados e/ou convênios da administração municipal, com fornecimento e material, equipamentos e mão de obra necessários, em atendimento as necessidades da Prefeitura. Início Da Licitação Das Propostas: 09/11/2022, às 09 h e 00 min. Abertura Das Propostas: 23/11/2022, às 14 h e 00 min.

Início Da Sessão De Disputa De Preços: 23/11/2022, às 14 h e 10 min. Plataforma: www.ibmeflicitacoes.com.br, Edital: transparencia.parnarama.ma.gov.br/acessoinformacao/licitacao/foz, www.ibmeflicitacoes.com.br e www.ibmeflicitacoes.com.br, informações: cp2021pmp@gmail.com ou na Prefeitura, situada nesta cidade na Rua Pelegrina, nº 093, Centro, de segunda à sexta-feira, de 08 h às 14 h.

Parnarama/MA, 07 de novembro de 2022.
FRANCISCO GLEYDSON OLIVEIRA CARVALHO
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE JUSCELINO

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0400401/2022. PARTES: Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino/MA e a Empresa IMUNITEC LTDA, CNPJ nº 06.013.149/0001-91; OBJETO: Contratação De Empresa Especializada Na Prestação De Serviços De Esgotamento de fossos sépticos, desinsetização, descupinização e desratização do Prédios públicos do Município de Presidente Juscelino/MA. VIGÊNCIA: 25/10/2022 a 25/10/2023, valor: R\$ 8.058,58 (oito mil e cinquenta reais e cinquenta e oito centavos), MODALIDADE: Tomada de Preços. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, RECURSOS: Próprios.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0400402/2022. PARTES: Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino/MA e a Empresa IMUNITEC LTDA, CNPJ nº 06.013.149/0001-91; OBJETO: Contratação De Empresa Especializada Na Prestação De Serviços De Esgotamento de fossos sépticos, desinsetização, descupinização e desratização do Prédios públicos de Fundação do Município de Presidente Juscelino/MA. VIGÊNCIA: 25/10/2022 a 25/10/2023, valor: R\$ 226.705,57 (duzentos e vinte e seis mil setecentos e cinco reais e cinquenta e sete centavos), MODALIDADE: Tomada de Preços. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, RECURSOS: Próprios.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0400403/2022. PARTES: Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino/MA e a Empresa IMUNITEC LTDA, CNPJ nº 06.013.149/0001-91; OBJETO: Contratação De Empresa Especializada Na Prestação De Serviços De Esgotamento de fossos sépticos, desinsetização, descupinização e desratização do Prédios públicos da Assistência Social do Município de Presidente Juscelino/MA. VIGÊNCIA: 25/10/2022 a 25/10/2023, valor: R\$ 11.173,84 (onze mil, cento e setenta e três reais e noventa e quatro centavos), MODALIDADE: Tomada de Preços. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, RECURSOS: Próprios.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 0400404/2022. PARTES: Prefeitura Municipal de Presidente Juscelino/MA e a Empresa IMUNITEC LTDA, CNPJ nº 06.013.149/0001-91; OBJETO: Contratação De Empresa Especializada Na Prestação De Serviços De Esgotamento de fossos sépticos, desinsetização, descupinização e desratização do Prédios públicos da Saúde do Município de Presidente Juscelino/MA. VIGÊNCIA: 25/10/2022 a 25/10/2023, valor: R\$ 39.393,62 (trinta e nove mil trezentos e noventa e nove reais e sessenta e dois centavos), MODALIDADE: Tomada de Preços. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei nº 8.666/93, RECURSOS: Próprios.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 04.004/2022. OBJETO: "Contratação De Empresa Especializada Na Prestação De Serviços De Esgotamento de fossos sépticos, desinsetização, descupinização e desratização do Prédios públicos do Município de Presidente Juscelino/MA."

Homologo o procedimento licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 002/2022-SRP, para que a Adjudicação em favor da empresa IMUNITEC LTDA, CNPJ nº 06.013.149/0001-91 no valor total de R\$ 285.337,70 (duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e trinta e sete reais e setenta centavos), produza seus efeitos jurídicos

Presidente Juscelino-MA, 25 de Outubro de 2022
DANIEL NINA MUKES
Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAÍOSA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 110/2022.

A Prefeitura Municipal de Raíosa/MA, por meio de seu Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria GP nº 118/2022, torna pública aos interessados, que realizará às 09:00hmin (nove horas) do dia 24 de novembro de 2022, através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Raíosa, MA, www.comprasraiosa.com.br, licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO, Global, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de Equipamentos de Informática (Impressoras, Monitores e Scanners Profissionais), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento-SECAP; Secretaria Municipal de Assistência Social-SEMAS; Secretaria Municipal de Educação-SEMED; e Secretaria Municipal de Saúde-SEMSUS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, todo em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, o Decreto Federal nº 3.555/2000, o Decreto Federal nº 10.024/2019; a Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014 e pela Lei Complementar 153/2016, aplicando-se, subsidiariamente no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, demais normas regulamentares pertinentes à espécie; e, ainda pelas exigências do Edital e seus Anexos, que poderão ser consultadas e adquiridas, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, na abertura do certame, no endereço eletrônico acima e site: [https://www.raiosa.ma.gov.br/](http://www.raiosa.ma.gov.br/).

Raíosa/MA, 07 de novembro de 2022.
JOSÉ DE JESUS FRANÇA VILGAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2022-PMR-MA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 183/2022 - PMR-MA

A Prefeitura Municipal de Rosário-MA, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna pública para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 23/2022 - PMR-MA, do tipo Menor Preço por Item, objetivando o Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos de informática para atender as necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Rosário/MA, bem como das secretarias e unidades vinculadas, em sessão pública eletrônica a partir das 09:00 horas (nove horas de Brasília-DF) do dia 25/11/2022 que será conduzido pelo seu Pregoeiro, através do Portal de Compras da Prefeitura de Rosário, disponível em www.portaldecompraspublicas.com.br, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/13, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Federal nº 8.666/16 e alterações, bem como aplicando-se subsidiariamente no que couber a Lei 8.666/1993 e suas alterações. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal de Compras da Prefeitura de Rosário, em www.portaldecompraspublicas.com.br, e site da Prefeitura Municipal de Rosário/MA [https://www.rosario.ma.gov.br/](http://www.rosario.ma.gov.br/)

Rosário - MA, 07 de novembro de 2022.
JOSE PLINIO CORREIA CAIRES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2022-PMR-MA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124/2022 - PMR-MA.

A Prefeitura Municipal de Rosário-MA, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna pública para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 22/2022 - PMR-MA, do tipo Menor Preço por Lote, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de exames de ultrassom e de imagens, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Rosário-MA, em sessão pública eletrônica a partir das 09:00 horas (nove horas de Brasília-DF) do dia 24/11/2022 que será conduzido pelo seu Pregoeiro, através do Portal de Compras da Prefeitura de Rosário, disponível em www.portaldecompraspublicas.com.br, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/13, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Federal nº 8.666/16 e alterações, bem como aplicando-se subsidiariamente no que couber a Lei 8.666/1993 e suas alterações. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal de Compras da Prefeitura de Rosário, em www.portaldecompraspublicas.com.br, e site da Prefeitura Municipal de Rosário/MA [https://www.rosario.ma.gov.br/](http://www.rosario.ma.gov.br/)

Rosário - MA, 28 de outubro de 2022.
JOSE PLINIO CORREIA CAIRES

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2022-PMR-MA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124/2022 - PMR-MA

A Prefeitura Municipal de Rosário-MA, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna pública para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 21/2022 - PMR-MA, do tipo Menor Preço por Lote, objetivando o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de exames de ultrassom e de imagens, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Rosário-MA, em sessão pública eletrônica a partir das 09:00 horas (nove horas de Brasília-DF) do dia 24/11/2022 que será conduzido pelo seu Pregoeiro, através do Portal de Compras da Prefeitura de Rosário, disponível em www.portaldecompraspublicas.com.br, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/13, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014, Decreto Federal nº 8.666/16 e alterações, bem como aplicando-se subsidiariamente no que couber a Lei 8.666/1993 e suas alterações. O edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Portal de Compras da Prefeitura de Rosário, em www.portaldecompraspublicas.com.br, e site da Prefeitura Municipal de Rosário/MA [https://www.rosario.ma.gov.br/](http://www.rosario.ma.gov.br/)

Rosário - MA, 23 de outubro de 2022.
JOSE PLINIO CORREIA CAIRES

